



VI-084 - AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS GERADOS PELO EXTRAPOLAMENTO DA CAPACIDADE DE CARGA EM PORTO DE GALINHAS (PE): UMA VISÃO DE IMPORTANTES ATORES SOCIAIS

Andreza Galindo Alves de Queiróz⁽¹⁾

Graduanda em Administração pelo Núcleo de Administração e Economia, do Centro Acadêmico do Agreste, da Universidade Federal de Pernambuco (NAE/CAA/UFPE).

Sandro Valença

Doutor em Engenharia pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, do Centro de Tecnologia e Geociências, da Universidade Federal de Pernambuco (PPGEC/CTG/UFPE). Professor do Núcleo de Administração e Economia, do Centro Acadêmico do Agreste, da Universidade Federal de Pernambuco (NAE/CAA/UFPE).

Samuel Kisseberg da Macena Ribeiro

Estudante de Especialização em Gestão Pública para o Desenvolvimento Universitário, da Universidade Federal de Pernambuco (PROGEPE/UFPE). Técnico administrativo do Centro Acadêmico do Agreste, da Universidade Federal de Pernambuco (NAE/CAA/UFPE).

Fernanda Maria D'Emery Cavalcanti

Graduanda em Administração pelo Núcleo de Administração e Economia, do Centro Acadêmico do Agreste, da Universidade Federal de Pernambuco (NAE/CAA/UFPE).

Amanda Maria Pompeu de Lira

Graduanda em Administração pelo Núcleo de Administração e Economia, do Centro Acadêmico do Agreste, da Universidade Federal de Pernambuco (NAE/CAA/UFPE).

Endereço⁽¹⁾: R. Jaime Nejaím, 35 – Rendeiras – Caruaru (PE) – CEP: 55.022-250 – Brasil – Tel.: (81) 8852-6564 – E-mail: andreza.queiroz@ufpe.br

RESUMO

Os efeitos decorrentes de uma exploração turística, sem que haja um devido planejamento com base na capacidade de carga do destino turístico, são consideráveis e acarretam problemas ao equilíbrio das dimensões econômica, social e natural. Este artigo analisa os impactos negativos significativos provocados pelo provável extrapolamento da capacidade de carga do destino turístico Porto de Galinhas, no município de Ipojuca, no estado de Pernambuco, segundo a visão de importantes atores sociais. A partir de tal análise, delineia-se aqui um panorama para minimizar os danos acarretados ao ambiente natural.

PALAVRAS-CHAVE: capacidade de Carga, Desenvolvimento Sustentável, Gestão Ambiental e Turismo.

INTRODUÇÃO

O termo “desenvolvimento” implica progressos e simultâneos nas dimensões econômica, social e natural, compondo, assim, as chamadas soluções triplamente ganhadoras (SACHS, 2003). Dentre os fatores-chave preconizados para o alcance do desenvolvimento sustentável, destacam-se a redução da pobreza, a adoção de estilos de vida mais sustentáveis e a educação. Tais fatores, se corretamente trabalhados, propiciam desenvolvimento sustentável, o que leva as sociedades do presente a atenderem suas necessidades sem comprometer as possibilidades das sociedades do futuro de atenderem às suas próprias (SEBRAE, 2004a; 2004b; SACHS, 2003).

A definição mais difundida sobre “turismo sustentável” — a da “Carta do turismo sustentável” — estabelece que ele (LIMA, 2002 *apud* ANJOS, 2005):

(...) visa [melhorar a] qualidade de vida da comunidade receptora, oferecer ao visitante uma experiência enriquecedora e manter a qualidade do meio ambiente, impedindo a ocorrência de danos irreversíveis aos recursos naturais, minimizando custos sociais e otimizando os benefícios do desenvolvimento turístico; através do reconhecimento e respeito aos limites do desenvolvimento, da consideração da capacidade de carga física, social e cultural do processo.



O turismo, em sua forma ideal — isto é, sustentável —, requer economia crescente e viável, riqueza sociocultural justa, e atrativos naturais adequados. Com efeito, um importante conceito dentro dos princípios do turismo sustentável é o de capacidade de carga, que visa mensurar o limite máximo suportável de impacto que um determinado ambiente possa sofrer.

Partindo-se da necessidade de conscientização para a conservação dos atrativos, tal conceito torna-se, então, condição indispensável ao desenvolvimento sustentável de um destino turístico. Logo, além de estabelecer um limite à utilização dos atrativos, a capacidade de carga é entendida como o número máximo de visitantes (por dia/mês/ano) que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações nos ambientes social e natural. Ela também pode ser compreendida como a capacidade de absorver a presença de turistas e dos novos equipamentos turísticos — como, por exemplo, meios de hospedagem — que deverão ser instalados em um destino (ANJOS, 2005).

A União Européia, em especial, define a capacidade de carga como (MAGALHÃES, 2002, p. 129):

(...) a capacidade de uma área ou região para suportar a ocupação humana e o desenvolvimento de atividades econômicas ou como o nível de exploração que os recursos naturais de uma região podem suportar, assegurando [simultaneamente] a máxima satisfação dos visitantes e o mínimo efeito sobre o meio ambiente.

Sendo assim, para manutenção efetiva de um espaço geográfico amplamente conhecido por seus atrativos sociais e naturais, faz-se necessário um gerenciamento fundamentado na análise da capacidade de carga do ambiente, que é medida por intermédio do estudo de capacidade de carga. Com isso, e também com um planejamento que tenha esse estudo como base, há mais chances de preservação dos atrativos, bem como de garantia de um turismo que, além de permitir aos visitantes vivências satisfatórias no destino escolhido, gera efeitos menos danosos aos ambientes social e natural — e, em decorrência, econômico.

Entre 1970 e 1980, Porto de Galinhas era uma vila de pescadores. A economia local era baseada na pesca e no cultivo de cana-de-açúcar. Porém, com a crise açucareira, o desemprego na região, o temor pela invasão das áreas de praia e a criação do Porto de Suape, a idéia de lotear a localidade ganhou força e foi implantada (FRANÇA, 2007; ANJOS, 2005).

Por volta de 1980, houve o início da expropriação dos habitantes locais, sendo então construídas casas de veraneio no lugar das habitações dos pescadores, iniciando-se, assim, um processo de exclusão e segregação, em que os moradores foram afastados da vila de pescadores e o loteamento de terras, acompanhado do desenvolvimento do turismo, foi impulsionado (FRANÇA, 2007). Desde então, Porto de Galinhas vem se consolidando como destino turístico de amplitude nacional e internacional, ganhando infra-estrutura urbana no município de Ipojuca, litoral sul do estado de Pernambuco.

O aumento da população e a conseqüente ampliação dos ambientes urbanos deveriam ser acompanhados pelo crescimento de toda a infra-estrutura capaz de proporcionar uma mínima condição de vida aos habitantes (MOTA, 2003). Como conseqüência do crescimento urbano desenfreado, menciona-se a falta de condições sanitárias mínimas, a ausência de serviços indispensáveis às vidas das pessoas nas cidades, o uso e a ocupação de áreas inadequadas, a destruição e/ou a poluição ambiental e as moradias com precárias condições de vida.

Hoje, há um estudo de capacidade de carga em Porto de Galinhas em andamento. Entretanto, seus resultados ainda não foram divulgados, impedindo aos empresários e às associações civis de viabilizarem projetos de desenvolvimento local que levem em consideração a sustentabilidade do destino.

Até o presente momento, muitas foram as ações implantadas na localidade, mas grande parte surgiu de iniciativas individuais — de organizações públicas, privadas ou das sociais —, sem necessariamente haver interligações entre elas.

O objetivo da pesquisa que resultou neste artigo foi:

Analisar os impactos provocados pelo provável extrapolamento da capacidade de carga do destino turístico Porto de Galinhas, em períodos de alta estação e em finais de semana



prolongados, delineando, então, um panorama para minimizar os impactos negativos significativos.

MÉTODOS DE PESQUISA

Os procedimentos metodológicos utilizados para se chegar às conclusões deste artigo foi uma combinação entre pesquisa exploratória e descritiva.

A pesquisa exploratória tem como principal objetivo promover a compreensão do problema enfrentado pelo(s) pesquisador(es) e é utilizada nos casos em que há necessidade de se definir o problema com maior precisão. Neste tipo de pesquisa, o processo adotado é flexível e não estruturado (MALHOTRA, 2001), sendo, então, possível concentrar maiores informações acerca dessa forma.

A pesquisa descritiva tem como principal objetivo expor as características de determinada população ou fenômeno (VERGARA, 2009), consistindo, assim, na descrição e interpretação dos fatos analisados sem a interferência do(s) pesquisador(es), caracterizando uma situação na qual os fenômenos são estudados, mas não manipulados.

Para a coleta de dados e informações, realizou-se uma revisão da literatura existente acerca do tema em questão e um estudo de campo no destino turístico Porto de Galinhas.

A primeira fase da pesquisa se caracterizou pela revisão da literatura, tendo possibilitado a construção e o desenvolvimento de idéias e, também, a definição das bases necessárias à fundamentação da justificativa da escolha do tema (ANDRADE, 2006).

A segunda fase da pesquisa se caracterizou pelo estudo de campo, tendo possibilitado o recolhimento e o registro ordenados de dados e informações primários, sendo apoiada, decisivamente, por entrevistas pessoais semi-estruturadas.

O método de coleta de dados e informações por meio de entrevistas pessoais semi-estruturadas é, normalmente, mais profundo e subjetivo, permitindo aos sujeitos entrevistados a verbalização dos pensamentos e reflexões acerca do tema em questão (ROSA; ARNOLDI, 2006).

O roteiro de pesquisa se compôs com seguintes perguntas:

- Quais os principais pontos fracos do destino turístico Porto de Galinhas?
- Quais os principais problemas observados no destino turístico Porto de Galinhas?
- O que se tem a comentar sobre o estudo de capacidade de carga de Porto de Galinhas?

As perguntas de pesquisa, no que tange ao destino turístico Porto de Galinhas, serviram para descrever:

- Os principais pontos fracos e problemas.
- O conhecimento acerca do estudo de capacidade de carga, que se encontra em andamento.
- A atual situação da capacidade de carga.
- A visão de notáveis atores sociais sobre o desenvolvimento do destino turístico Porto de Galinhas ante o patente crescimento da demanda pelo turismo, e as principais alternativas para alcançar a sustentabilidade local.

Os grupos de sujeitos entrevistados foram três, compostos por (a) professores universitários, (b) proprietários e/ou dirigentes de meios de hospedagem e (c) empregados de meios de hospedagem. Em decorrência, cada grupo foi composto por três sujeitos, escolhidos ao acaso, de uma população de quinze — população definida a partir da pesquisa que resultou no artigo “Prospective scenarios of the environmental management of the tourist destination of Porto de Galinhas based on enlargement of the Industrial and Portuary Complex of Suape, Pernambuco” (VALENÇA *et alii*, 2008).

A análise dos dados e informações foi calcada no “sistema quantitativo-interpretativo” (BIASOLI-ALVES, 1998 *apud* ROSA; ARNOLDI, 2006), o qual visa apreender o significado que a fala e/ou o comportamento



dos sujeitos entrevistados assume dentro do contexto abordado, permitindo a realização de uma categorização de respostas através de um estudo minucioso da fala, o que culmina em um agrupamento válido. Para tal, os seguintes critérios foram utilizados: abrangência de todas as respostas obtidas; e categorização, agrupando-se conjuntos de respostas distintas e cuidando-se para que não houvesse grande oscilação no contínuo de objetividade/subjetividade.

Os dados e informações coletados não saíram prontamente classificados e categorizados, mas sim foram surgindo dentro de uma verbalização, ora confusa, ora objetiva, e, ainda, algumas vezes, contraditória. No entanto, a sistematização deles foi possível, tendo em vista o método empregado, bem como o auxílio da observação direta da realidade — o estudo de campo.

RESULTADOS OBTIDOS

Detentor de grandes riquezas naturais, que atraem pessoas das mais variadas origens, Porto de Galinhas se tornou um dos destinos turísticos mais importantes do Brasil. Contudo, caso a exploração da atividade turística não seja gerenciada eficiente e eficazmente, a exploração da atividade pode acarretar significativos impactos negativos nos ambientes sociocultural e natural, havendo uma conseqüente diminuição da qualidade de vida da população e aumento da degradação da natureza, comprometendo em definitivo o destino turístico para as gerações do presente e do futuro.

Em períodos de alta estação e em finais de semana prolongados, Porto de Galinhas se torna um dos destinos mais procurados pelos turistas. O número de visitantes é tão alto que, acredita-se, excede o limite de suporte, isto é, extrapola a capacidade de carga do destino, reflexo também da infra-estrutura inadequada para alocar a grande demanda flutuante.

Outro ponto a ser destacado é que os principais problemas ambientais de Porto de Galinhas se originaram nos primeiros períodos da expansão urbana, associados, sobretudo, à falta de infra-estrutura e ao aumento do fluxo de turistas e visitantes, sem uma preocupação com a capacidade de carga dos sistemas urbanos (ANJOS, 2005). De fato, a localidade não estava preparada para receber semelhante fluxo de pessoas e a decorrente circulação de automóveis.

Porto de Galinhas possui uma população fixa estimada em 6 mil pessoas e uma população flutuante de 9 mil pessoas. O fluxo de turistas gira em torno de 65 mil por mês, no período de alta estação — de novembro a março, e também em julho —, e em torno de 10 mil turistas por mês, no período de baixa estação. Desse contingente, 89% são brasileiros; e 11%, estrangeiros (IPOJUCA, 2004 *apud* FRANÇA, 2007).

Nesses períodos há uma intensa procura pelos meios de hospedagem, que, rapidamente, atingem o seu limite de acomodação. Com isso, toda a infra-estrutura existente acaba comprometida, uma vez que não é suficiente para suportar um grande adensamento populacional (MOTA, 2003). Apesar de um número elevado de turistas aparentemente resultar em altos ganhos financeiros para o setor e em desenvolvimento para economia local, o mesmo não pode ser dito para as dimensões sociocultural e natural.

Embora restaurantes, bares, lojas e ruas se encontrem repletos de turistas, a situação não é positiva, pois a degradação dos ambientes sociocultural e natural aumenta e, conseqüentemente, o equilíbrio necessário para um desenvolvimento sustentável se torna impossível, havendo apenas o crescimento econômico puro — e, ao que tudo indica, de curto prazo.

Nesse sentido, surge uma série de problemas em Porto de Galinhas, a exemplo de: congestionamento das vias de acesso, faixa de praia intransitável, intensa geração de resíduos sólidos e de efluentes, que, em sua maioria, são despejados nas ruas, na faixa de praia, nos rios, no mar; e em outros meios inadequados de despejos. Assim, a salubridade e a riqueza sociocultural e natural ficam comprometidas (FRANÇA, 2007).

Os grupos dos professores universitários e dos proprietários e/ou dirigentes de meios de hospedagem demonstraram maior entendimento acerca de estudo de capacidade de carga e de sua urgente necessidade de realização, em virtude do rápido crescimento descontrolado de Porto de Galinhas como um destino turístico. Explicitaram também que esse estudo também necessita de revisões periódicas, visando que o mesmo seja constantemente monitorado, aperfeiçoado e atualizado. Esses atores declararam que a capacidade de carga já



foi ultrapassada há anos, isto é, o destino se encontra explorado além de sua capacidade. O grupo dos empregados de meios de hospedagem demonstrou uma opinião menos crítica — mais “pobre”. A rigor, ele não soube — ou não quis — opinar acerca de estudo de capacidade de carga.

Em relação aos pontos fracos de Porto de Galinhas e, também, aos seus principais problemas, houve um consenso no grupo dos professores universitários e no dos proprietários e/ou dirigentes dos meios de hospedagens a respeito da infra-estrutura, sendo considerada insuficiente para atender às necessidades do destino turístico na alta estação.

A falta de fiscalização ante o uso desordenado do ambiente natural — em especial, das áreas de mangue e de restinga —, a falta de educação ambiental e o grande adensamento populacional na alta estação foram evidenciados. Em contrapartida, o grupo dos empregados evidenciou o não aproveitamento da mão-de-obra local pelas organizações privadas, além da deficiente apoio à melhoria da infra-estrutura sociocultural.

A visão que os atores pesquisados evidenciaram não demonstrou um cenário positivo. Tais atores demonstraram grande preocupação com o crescimento populacional e a urbanização desenfreada, inclusive compararam, muitas vezes, com outros destinos turísticos que perderam seus atrativos pela ausência de um gerenciamento adequado do espaço.

CONCLUSÕES

No destino turístico Porto de Galinhas não existe um sistema de gestão do turismo previamente concebido, pelo qual se aplique os princípios de desenvolvimento sustentável. Há, sim, uma necessidade de conscientização e sensibilização para a mobilização dos principais atores sociais, em parceria com um conjunto mais abrangente de organizações públicas, privadas e sociais, objetivando evitar danos irreversíveis aos ambientes sociocultural e natural causados pela extrapolação da carga de carga. Logo, é importante haver uma busca pelo equilíbrio entre a exploração do turismo e a conservação ambiental, tornando o destino alinhado às idéias de sustentabilidade.

De acordo com os atores sociais investigados, Porto de Galinhas já excedeu o limite de suporte e possui uma infra-estrutura inadequada para alocar a grande demanda nos períodos de alta estação. Percebe-se então que, embora haja consideráveis ganhos financeiros nessa exploração turística, a população local não possui boas condições de vida. Embora parte dos atores entrevistados possua consciência dos problemas em Porto de Galinhas, ainda há sujeitos que não percebem ou entendem os impactos negativos oriundos de uma exploração turística sem o devido planejamento.

Constata-se, então, a necessidade de um planejamento e gerenciamento do turismo, com base no estudo de capacidade de carga, que deve equilibrar a economia, as condições socioculturais da população e a preservação do ambiente natural de Porto de Galinhas, possibilitando um modelo de desenvolvimento sustentável para a região. Dessa maneira, o primeiro passo seria analisar os resultados desse estudo e, também, divulgá-lo para que a população e os atores sociais que representam a mesma, informalmente, também possam contribuir, de forma mais efetiva, para o manejo sustentável do referido destino que leva em consideração as esferas social, ecológica e econômica.

É importante que haja, por parte do poder público, o delineamento de um plano para gerenciar Porto de Galinhas calcado na real capacidade de suporte do espaço. E, de posse de tal documento, implementar um plano de ação para adequar as possíveis incoerências observadas entre as recomendações do estudo e a situação atual do destino.

É, também, relevante destacar que o plano de ação deve levar em consideração as necessidades e características da população local bem como, após sua implantação, ser monitorado e revisto periodicamente visando o seu contínuo aperfeiçoamento. Deve-se ter em vista as mudanças ocorridas e observadas no referido espaço, obtendo assim um gerenciamento realizado por intermédio de um plano de ação atualizado que atenda às necessidades da população e ambiente local, sem que a atividade turística interfira nesse processo e que a mesma seja aproveitada de forma a agregar valor ao espaço e mantê-lo em posição de destaque pelos seus atrativos naturais preservados.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos de graduação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
2. ANJOS, K. L. dos. **Turismo em cidades litorâneas e seus impactos ambientais urbanos**: o caso de Porto de Galinhas (PE). 2005. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2005.
3. SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa. **A questão ambiental e as empresas**. 4. ed. Brasília (DF): SEBRAE, 2004a.
4. _____. **Curso básico de gestão ambiental**. Brasília (DF): SEBRAE, 2004b.
5. FRANÇA, A. L. G. de. **O turismo em Porto de Galinhas (PE)**: políticas de desenvolvimento e o desafio da sustentabilidade. 2007. 193 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2007.
6. MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.
7. MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
8. MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. 3. ed. Rio de Janeiro: ABES, 2003.
9. ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para validação dos resultados. São Paulo: Autêntica, 2006.
10. SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
11. VALENÇA, S.; SOBRAL, M. do C. RAMOS, D.; CAVALCANTI, C. Prospective scenarios of the environmental management of the tourist destination of Porto de Galinhas based on enlargement of the Industrial and Portuary Complex of Suape, Pernambuco. *In*: Urbenviron – International Seminar on Environmental Planning and Management (URBENVIRON), 3, 2008, Sao Paulo, **Anais...** Brasília (DF); Berlin (GER): International Association for Environmental Planning and Management (URBENVIRON), 6-8 out. 2008.
12. VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NOTA

Este artigo é parte dos resultados do projeto de pesquisa “Desenvolvimento de um modelo de gestão sustentável para meios de hospedagem: um estudo em Porto de Galinhas, no município de Ipojuca (PE)”, vinculado à UFPE (processo n. 23076.041659/2007-86).